

Fernando Molica

Tabelinha milícia e política

No julgamento dos acusados de mandar matar a vereadora Marielle Franco, o advogado Cleber exagerou ao afirmar que todos os políticos do Rio já pediram voto para traficantes ou milicianos, mas sua fala deve ser vista como um alerta. A tabelinha com o crime é algo que foi naturalizado na política fluminense.

As ligações de seu cliente, o ex-deputado Chiquinho Brazão, com grupos milicianos são antigas, o Supremo Tribunal Federal apenas respaldou o que tudo mundo sabia. Ele e o irmão Domingos, também condenado, usavam a política para legitimar atividades criminosas.

Em 2023, o prefeito Eduardo Paes (PSD) nomeou Chiquinho secretário de Ação Comunitária — Domingos já era investigado por envolvimento no caso Marielle. Para o prefeito, o novo auxiliar era “um cara correto”.

Ao nomear Chiquinho, Paes afirmou que atendia a uma indicação do então prefeito de Belford Roxo, Waguinho, e reproduzia no nível local uma aliança sacramentada pelo presidente Lula.

Em 2015, Domingos, indicado pelo então governador Pezão para o Tribunal de Contas do Estado, foi eleito para a vaga com votos de 61 dos 66 deputados presentes à sessão da Assembleia Legislativa.

Também condenado pelo STF por participação no assassinato de Marielle e do motorista Anderson Gomes, o major da PM Ronald Paulo Alves Pereira recebeu, em 2004, moção de louvor da Alerj proposta pelo então deputado Flávio Bolsonaro.

O hoje senador justificou a homenagem pelos “importantes serviços prestados ao Estado do Rio de Janeiro”. Três meses antes, o oficial da PM

participara da chacina que matou quatro jovens que saíam de uma casa noturna na Baixada Fluminense.

Em 2019, Pereira seria preso, acusado de ser miliciano, integrante da mesma quadrilha de Adriano Magalhães da Nóbrega, que, em 2005, recebeu, na cadeia, a Medalha Tiradentes das mãos de Flávio, hoje pré-candidato à Presidência. A mãe e a ex-mulher de Adriano, que seria assassinado em 2020, foram funcionárias do deputado na Alerj.

O legislativo fluminense coleciona casos de ligações de parlamentares com o crime. Em setembro passado, o deputado TH Joias (MDB) foi preso, acusado de fornecer armas para o Comando Vermelho. Três meses depois foi a vez de o presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar (União) ser levado pela polícia, suspeito de cumplicidade com o TH. Bacellar era um nome forte para a disputa do governo do Estado.

As ligações com o tráfico e a milícia não obedecem a um padrão. Há casos, como os dos irmãos Brazão, em que integram uma milícia. Outros políticos estabelecem relações de parceria, permanentes ou temporárias, que incluem a concessão de vantagens em troca de votos.

As relações são dinâmicas e variadas, mas são possíveis graças a uma tolerância de poderes públicos e da própria sociedade. O discurso de combate sem tréguas à criminalidade é desculpa e passaporte para políticas de extermínio executadas por criminosos muito mais poderosos que suas vítimas. A tolerância e o estímulo ao comportamento miliciano são uma forma de suicídio da sociedade, que assim se torna cúmplice do crime que tanto diz querer combater.

Tales Faria

PT abre negociações com Kassab

O presidente nacional do PT, Edinho Silva, resolveu aproveitar o distanciamento entre o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro e os partidos de centro para atrair o apoio dessas legendas à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O presidente do União Brasil, Antonio Rueda, confidenciou a aliados que o próprio Edinho Silva lhe contou já estar conversando também com o presidente do PSD, Gilberto Kassab.

As negociações do PL para formação das chapas de direita nos estados têm atrapalhado e “deixado sequelas” na relação dos bolsonaristas com os partidos de centro, segundo disse à coluna o presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI).

Ciro tem protestado contra o rompimento do acordo em Santa Catarina. O PL lançou Carlos, o filho Zero-Dois de Bolsonaro, como candidato ao Senado. Desalojou o senador Esperidião Amin. Em Brasília, o PL derrubou a candidatura ao Senado do governador Ibaneis Rocha (MDB).

O próprio Edinho Silva confirmou à coluna que está “tendo conversas com Kassab”. Há no PT quem defenda um convite ao presidente do PSD para figurar como vice na chapa de Lula. Não são conversas simples, já que o PSD tem três pré-candidatos a presidente da República: os governadores Ratinho Junior (Paraná), Ronaldo Caiado (Goiás) e Eduardo Leite (Rio Grande do Sul).

Além disso, o PSB já declarou que não abre mão do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, como vice na chapa de Lula. No PT, afirma-se que Alckmin seria um forte candidato ao Senado contra os bolsonaristas em São Paulo. A chapa teria o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), concorrendo a governador e Simone Tebet, ao Senado.

Tebet disse que seu futuro depende do presidente Lula. Ela estuda transferir-se do MDB para o PSB e mudar seu domicílio eleitoral para São Paulo.

A dificuldade para Lula seria convencer Alckmin a desistir da vice e Haddad, a disputar contra o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Quanto a Gilberto Kassab, o que se diz, tanto no PT como no PSD, é que ele sempre quis ser vice de Lula. Numa aliança formal com o PT contra Bolsonaro, não seria impossível atrair o apoio de Ratinho e Eduardo Leite. Caiado ficaria neutro.

Em favor da aproximação entre PSD e PT tem a irritação de Kassab com o fato de o PL e o candidato do partido à Presidência, senador Flávio Bolsonaro (RJ), criticarem nos bastidores a indicação do vice-governador Felício Ramuth (PSD) para permanecer como vice na chapa de Tarcísio.

Os caciques do PSD em boa parte dos estados já estão aliados ao PT para as eleições de outubro. Naqueles em que se aproximam do PL estão irritados com as tentativas da família Bolsonaro de montar chapas puro-sangue. Essas articulações, antes restritas aos bastidores, se tornaram públicas com o vazamento de uma listagem preparada pelo comando nacional do PL, sob o título “Situação nos estados”, que contém anotações do próprio Flávio Bolsonaro, com a estratégia da família para enfraquecer os aliados nas alianças estaduais.

Além de Ramuth em São Paulo, Flávio criticou a escolha, em Minas Gerais, do vice-governador, Mateus Simões, que é do PSD, para candidato da direita ao governo do estado. “Ele me puxa para baixo” escreveu de próprio punho o filho de Jair Bolsonaro.

Segundo caciques do Centrão, o bolsonarismo é que está puxando os aliados para fora.

Celeste Leite dos Santos*

Criança de 12 anos “casada” com homem de 35: a normalização da pedofilia num Brasil que não protege suas vítimas

O Brasil voltou a se confrontar com uma sensação coletiva de ruptura quando se difundiu, nas plataformas digitais e na Imprensa, há poucos dias, a notícia de absolvição de um homem acusado de estupro de vulnerável num processo envolvendo uma criança de 12 anos, em Indianópolis, cidade do estado de Minas Gerais. Sem reconstituir o caso — o que só seria responsável fazer por meio de acesso direto ao acórdão e às provas —, a reação social revela ponto jurídico importante: ainda há decisões e narrativas que, explícita ou implicitamente, deslocam a lente do comportamento do adulto para a conduta da vítima, como se a criança devesse “explicar” a violência.

E, aqui, a discussão sobre a aprovação de um Estatuto da Vítima no Brasil ganha densidade. O País já reconhece, na Constituição Federal e em leis esparsas, direitos e garantias de vítimas e de testemunhas. Porém, ainda carece de um marco unitário, pedagógico e vinculante, capaz de consolidar deveres estatais, informação, acolhimento, proteção, participação e prevenção à revitimização ao longo de toda a persecução penal.

No plano normativo, a proteção sexual de crianças em solo nacional é inequívoca. Como exemplo, temos o artigo 217-A do Código Penal, que tipifica o estupro de vulnerável, ao estabelecer que, abaixo de 14 anos, há suscetibilidade que impede o reconhecimento de consentimento válido. Tal escolha legislativa é técnica e constitucionalmente orientada; é parte da assimetria de poder, do desenvolvimento biopsicossocial, e do risco estrutural de exploração.

A fratura aparece ainda mais flagrantemente em casos desta natureza quando palavras como “iniciativa”, “maturidade”, “vivência” ou “sexualização precoce” — expressões que circulam no senso comum e, por vezes, contaminam a linguagem institucional — passam a operar como chave interpretativa em peças legais. Ora, o risco jurídico é duplo. Primeiro, porque reintroduz, por via oblíqua, um consentimento infantil que a legislação em vigência deliberadamente afasta. Segundo, porque reativa estereótipos culpabilizantes que transferem para a criança o peso da justificativa e, indiretamente, da responsabilidade pelo o que aconteceu ou acontece - criminalmente.

No âmbito penal, a Justiça

não pode operar como máquina de desgaste da vítima, sobretudo quando ela é criança. Discutir um Estatuto da Vítima em nosso País, portanto, não é endurecer o ordenamento jurídico, nem enfraquecer garantias do acusado. É reconhecer que a qualidade democrática do processo também se mede pela capacidade de proteger a dignidade de quem sofreu violência, de evitar perguntas e enquadramentos que culpabilizam e constroem, e de garantir que a prova seja produzida com técnica, humanidade e rastreabilidade.

Em crimes sexuais contra crianças, isso significa investigação especializada, perícias, redes de proteção acionadas desde o primeiro atendimento e linguagem judicial que não flerte com a normalização do abuso.

Se o caso da garota de 12 anos “casada” com homem de 35 servir para alguma virada de chave em nossa nação, que seja a de reafirmar, com a Carta Magna, o Código Penal e tratados afins, que, a vulnerabilidade infantil é um limite jurídico e um compromisso civilizatório, e que a vítima — especialmente quando é criança — não pode ser tratada como ré da própria história. Graças ao controle social, houve, há poucas horas, alteração do acórdão que absolvía o acusado e a mãe da vítima - que foi omissa.

A aprovação de um Estatuto da Vítima no Brasil, a exemplo do que já ocorreu em nações desenvolvidas, desde que bem desenhado e integrado às salvaguardas já existentes, é um passo decisivo para transformar indignação em política pública, com mais proteção, menos revitimização, e mais confiança social no sistema de Justiça.

***Promotora de Justiça em Último Grau do Colégio Recursal do Ministério Público de São Paulo; doutora em Direito Civil, pela Universidade de São Paulo; mestre em Direito Penal, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; presidente do Instituto Brasileiro de Atenção Integral à Vítima; idealizadora do Estatuto da Vítima, da Lei de Importunação Sexual, e da Lei Distrital de Acolhimento de Vítimas, Análise e Resolução de Conflitos; e coordenadora científica da Revista Internacional de Vitimologia e Justiça Restaurativa**